



Protocolo Geral -07-Dez-2009-15:55-005678-1/1

*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**EXMO. SR.  
GUILHERME SILVERIO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

O Vereador infra-assinado, **OSMAR BRAUN SOBRINHO – PR**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto plenário e solicita o apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

**PROJETO DE LEI Nº 284/2009**

**Estipula a data de 14 de novembro como  
feriado municipal.**

**Art. 1º Fica estipulada a data de 14 de novembro como feriado municipal, em comemoração a emancipação político-administrativa do Município de Pato Branco.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 2.084, de 10 de outubro de 2001.**

**Pato Branco, 7 de dezembro de 2009.**

**Osmar Braun Sobrinho**  
Vereador – PR

Pato Branco

Fis. 01  
Visto:

# Diário Oficial

ESTADO DO PARANÁ  
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

N.º 208

CURITIBA, 6.ª-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 1951

Ano X

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### LEI N.º 790

DATA: 14 de novembro de 1951.  
Súmula: Dispõe sobre a Divisão Administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - A Divisão Administrativa do Estado, obedecerá, no quinquênio de 1952 a 1956, a composição constante dos quadros I e II, anexos, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2.º - As novas unidades administrativas serão instaladas na data da posse dos respectivos prefeitos.

Art. 3.º - Dentro de 90 (noventa) dias a contar da data da instalação, cada município publicará o ato estabelecendo os quadros urbanos e suburbanos das novas sedes municipais e distritais.

Art. 4.º - Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir com o auxílio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a cada município criado pela presente lei, mediante requerimento do respectivo prefeito.

Parágrafo Único - Este auxílio não se estende aos municípios de fronteira.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 14 de novembro de 1951.

(Ass) BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO  
Roberto Barrozo  
Felizardo Gomes da Costa  
Francisco Peixoto de Lacerda Werneck  
Piragibe Araújo  
Newton Carneiro  
Oscar Lopes Munhoz  
Abilhon de Souza Naves

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### GOVERNO DO ESTADO

#### DECRETO N.º 3200

O Governador do Estado do Paraná resolve, de acordo com o art. 179, da lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, a Eddy Saporski Capribone, ocupante do cargo de professor normalista, padrão II, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar das Mercês, desta Capital, não haver a mesma se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 1.º de outubro de 1934 e igual data de 1944.

Curitiba, em 14 de novembro de 1951.

(Ass) Bento Munhoz da Rocha Neto  
Roberto Barrozo  
Ref. Prot. n.º 10996-51 - PG.

#### DECRETO N.º 3201

O Governador do Estado do Paraná resolve conceder, de acordo com o art. 179, da lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, a Eddy Saporski Capribone, ocupante do cargo de professor normalista, padrão II, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar das Mercês, desta Capital, a licença de férias de 30 (trinta) dias de férias retribuídas, a partir de 15 de outubro de 1951, referida ao ano de 1951.

Curitiba, em 14 de novembro de 1951.

(Ass) Bento Munhoz da Rocha Neto  
Roberto Barrozo  
Ref. Prot. n.º 10996-51 - PG.

1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

(Ass) Bento Munhoz da Rocha Neto  
Newton Carneiro  
Ref. Prot. n.º 14022-51 - PG.

#### DECRETO N.º 3202

O Governador do Estado do Paraná resolve conceder, de acordo com o art. 140, item II, da lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, a Ivahy Martins, ocupante do cargo de classificador da carreira de Agrônomo, do Quadro Geral, do Dep. de Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura, o acréscimo dos adicionais de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 20 de fevereiro do ano em curso, data em que completou trinta e cinco anos de serviço.

Curitiba, em 14 de novembro de 1951.

(Ass) Bento Munhoz da Rocha Neto  
Francisco Peixoto de Lacerda Werneck  
Ref. Prot. n.º 5676-51 - PG.

#### DECRETO N.º 3203

O Governador do Estado do Paraná resolve elevar de classe, de acordo com o art. 117, alínea c, do Código do Ensino, Azelia Barbosa Afonso da Costa do cargo de professor normalista, padrão II, do Quadro do Ensino, com exercício no grupo escolar

Benjamin Prado para exercer, em comissão, o cargo de Sub-Delegado de Polícia no distrito de Francisco de Melo, município de Curitiba, em 14 de novembro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

(Ass) Bento Munhoz da Rocha Neto  
Roberto Barrozo  
Ref. Prot. n.º 13789-51 - PG.

#### Despachos do Excm. Sr. Governador

EM 14 DE NOVEMBRO DE 1951.

13789 - Chefatura de Polícia. Of. 1761-51 Benjamin Prado - Lavre-se decreto.

12710 - Mário Bittencourt - Deferido. Lavre-se decreto.

13803 - José dos Santos Castro - Deferido. Lavre-se decreto.

13891 - Azelia Barbosa Afonso da Costa - Deferido. Lavre-se decreto.

14022 - Eddy Saporski Capribone - Deferido. Lavre-se decreto.

10996 - Licínio Barbosa - Deferido. Lavre-se decreto.

5676 - Ivahy Martins - Deferido. Lavre-se decreto.

Secretaria de Estado dos Negócios do Governo Empenho n.º 13-51 - Autorizo.

de acordo com o art. 185, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, a Manoel Pedro Sant'ocupa o cargo de classe carreira de Escriturário, do Arquivo Público, desta Secretaria, para tratamento de de a partir do dia 30 de outubro de 1951.

Secretaria de Estado dos do Interior e Justiça, em 1 vembro de 1951.

Roberto Barrozo  
Secretário de Estado

#### PORTARIA N.º 23

O Secretário de Estado dos do Interior e Justiça, vista o constante do protocolo n.º 4322.8234-51, desta Secretaria, resolve:

CONC à Iracema Anguiski. Es classe "M" lotada no Det to do Arquivo Público, ora do serviços no Departamento de Interior e Justiça, desta Secretaria, a partir de 15 de outubro de 1951, referida ao ano de 1951.

Secretaria de Estado dos do Interior e Justiça, em vembro de 1951.

Roberto Barrozo  
Secretário de Estado



# Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO



## **LEI Nº 2.084, DE 10 DE OUTUBRO DE 2001.**

Súmula: Estipula a data de 14 de dezembro como  
feriado municipal.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu,  
Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica estipulada a data de 14 de dezembro como feriado municipal,  
em comemoração a emancipação político-administrativa do Município de Pato Branco.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Esta lei decorre do projeto de lei de autoria dos vereadores Leonir José  
Favin e Vilson Dala Costa, do PMDB.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco em 10 de outubro de 2001.

  
Clóvis Santo Padoan  
Prefeito Municipal

## Pato Branco completa 57 anos de emancipação política

Daiana Pasquim

**Pato Branco** – Quem visita Pato Branco pela primeira vez dá ao município muito mais idade, não por sua aparência, que é jovial, mas por sua complexidade. Fato é que nesta segunda-feira, o município completa 57 anos de emancipação política. Cidade polo do Sudoeste junto com Francisco Beltrão, Pato Branco tem como co-irmãos Santo Antonio do Sudoeste, Capanema, Francisco Beltrão e Barracão, todos criados através da lei 790/51, completando também seus 57 anos nesta segunda-feira. É em Pato Branco que os moradores da região vem buscar saúde, educação, emprego, comércio e qualidade de vida. Com 70.160 habitantes (IBGE-2009), quem mora aqui sente que a cidade está vivendo um tempo bom, onde as pessoas sentem prazer em caminhar pelas ruas e aqui construir sua residência, sua empresa, firmar seus laços de felicidade e sucesso.

Assim como Roma – berço da civilização ocidental-, que foi construída ao redor de sete colinas (Palatino, Capitolino, Quirinal, Viminal, Esquilino, Célio e Aventino), Pato Branco também está ao redor de sete colinas: Aeroporto, Sanepar ou Premen, Cristo Rei, Bonatto, Morro da Cruz (Capilé), La Salle e Clube Pinheiros. Quem fazia a analogia era o saudoso professor Sittilo Voltolini, que morreu em 2007 deixando uma contribuição ímpar para o registro histórico do desenvolvimento do município com

a série “O Retorno”. “Fiz uma peregrinação nesses morros e vi que as construções parecem que brotam do chão repentinamente e não se acha explicação de onde vêm tantos recursos para fazer tantos prédios, no setor imobiliário. Esses prédios dentro de morros formam uma cidade poeticamente linda”, declarou ao **Diário do Sudoeste** em entrevista em 2006, referenciando-se à ocupação inconsciente dos desbravadores da Colônia de Bom Retiro que buscavam as aguadas, fazendo Pato Branco se desenvolver num fundo de vale, permeando o rio Ligeiro.

O professor sempre considerou para a idade do município a data de criação, que foi em 14 de novembro de 1951, completando, portanto, 58 anos. Mas o município foi instalado em 14 de dezembro de 1952 e o aniversário ocorre lembrando a data da posse do primeiro prefeito: Plácido Machado.

Detentora de um centro médico ultra-especialíssimo e instituições de saúde de referência, Pato Branco abarca o Hospital São Lucas, Hospital Amigo da Criança e referência para Neurologia média e alta complexidade e também em Cirurgia Vascular, além do processo de credenciamento de alta complexidade em Cirurgia Bariátrica; a Policlínica Pato Branco, instituição com acreditação hospitalar, referência para média e alta complexidade em Cardiologia, Ortopedia, Oncologia e Nefrologia; e ainda o Hospital Thereza Mussi, que oferece diversas especialidades médicas em um ambiente padrão dos grandes centros.

Fotos: Adriano Oltramari



Pato Branco tem como co-irmãos Santo Antonio do Sudoeste, Capanema, Francisco Beltrão e Barracão, todos completando 57 anos

No tocante à busca pela educação, está ficando cada vez menos comum continuar o ritmo colonial, onde os filhos iam para os grandes centros estudar. Aqui temos a UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), a UAB (Universidade Aberta do Brasil) com cursos pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), UFPR (Universidade Federal do Paraná) e Unicentro (Universidade Estadual do Centro Oeste) e, em 2010, também a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) com a qual já foi assinado acordo de cooperação técnica. Há ainda as particulares Faculdade Mater Dei e Fádep (Faculdade de Pato Branco), que se tornaram referência para toda a região. No município há ainda 26 escolas municipais, 20 Centros de Educação Infantis Municipais (creches), atendendo juntas quase 8 mil crianças, onde 78% participa de algum projeto de Educação Integral mantida pelo município, inclu-

sive da Escola Municipal de Artes que atende a 886 crianças. Segundo o NRE (Núcleo Regional de Educação), no ensino de 5ª a 8ª são 4.806 alunos: 4.806 em 14 estabelecimentos de ensino e mais 4.107 alunos em 92 turmas de Ensino Médio.

No âmbito emprego, além de todo o processo tecnológico em desenvolvimento, este ano foi o ano da conquista da Visum, que chega a marca dos mil empregos graças à Lei Zucchi, que concede benefícios fiscais.

O município possui três parques industriais onde estão grandes empresas, indústrias e fábricas em todos os segmentos. Cidade tem comércio forte e variado, é aqui que os moradores da região encontram uma variedade de produtos. Prefeito pela 15ª e 16ª gestões administrativas de Pato Branco, Roberto Viganó vê a cidade hoje vivendo "o melhor momento da sua história, pela profissionalização, geração de emprego, educação, saúde e principalmente pelo ânimo das pessoas amando mais a sua terra".



O clima de Natal é um dos mais adorados pelos pato-branquenses e os visitantes, com a decoração que está se tornando tradicional



# Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



Ao Excelentíssimo Senhor Laurindo Cesa  
Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco

Pato Branco, 15 de março de 2010.

## **PARECER JURÍDICO** **Projeto de Lei nº 284/2009**

O nobre vereador Osmar Braun Sobrinho propõe o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem objetivo estipular da data de 14 de dezembro como sendo feriado no Município de Pato Branco, em virtude de sua emancipação político-administrativa.

Sem justificativas do nobre edil, passamos à análise jurídica do projeto.

A data atual de comemoração da emancipação político-administrativa é dia 14 de dezembro, a teor do que dispõe a Lei Municipal nº 2.084/2001, a qual expressamente será revogada (art. 2º) caso aprovado o projeto em discussão.

Sob a análise jurídica – que é que nos cabe fazer neste parecer – o projeto de lei não encontra obstáculo nos planos constitucional e infraconstitucional.

A Lei Federal nº 9.093/1995, em seu art. 1º (com dispositivo incluído pela Lei nº 9.335/1996), determina o seguinte:

Art. 1º São feriados civis:

I - os declarados em lei federal;

II - a data magna do Estado fixada em lei estadual.

III - os dias do início e do término do ano do centenário de fundação do Município, **fixados em lei municipal.** (Inciso incluído pela Lei nº 9.335, de 10.12.1996)

Portanto, a par da autonomia municipal preconizada pelo art. 30, I, da Constituição Federal, é o Município competente para definir, **através de lei municipal**, o feriado em comemoração a data de sua "fundação" e/ou emancipação.

O propósito do projeto de lei em análise é estabelecer como feriado municipal a data de publicação da Lei Estadual que criou o Município de Pato Branco, vale

Rua Araribóia, 491 - Caixa Postal, 111 – 85505-030 – Pato Branco - PR  
Telefax: (46) 3224-2243 - [www.camarapatobranco.com.br](http://www.camarapatobranco.com.br)



# Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



dizer, 14 de novembro de 1951, ao invés da data de posse do primeiro prefeito de Pato Branco, que se deu em 14 de dezembro de 1952.

O ponto central da discussão é o seguinte: qual a data a ser considerada como sendo de EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA do Município, a da lei que o criou, ou a da posse do primeiro prefeito municipal?

Sob ponto de vista jurídico, salvo melhor juízo, é com a posse do prefeito que há efetivamente a emancipação político-administrativa de um Município, haja vista que, até então, o que haveria é somente uma lei criadora, sem que houvesse administração própria de forma concreta. Ou seja, sem gestores públicos (Prefeito e, de certa forma, Vereadores) não há que se falar em emancipação sob o ponto de vista político e administrativo, pelo óbvio motivo que sem a Administração Pública formada, o distrito de Pato Branco ainda dependia do Município criador, no caso Clevelândia.

Neste sentido, o próprio art. 2º, da Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951 acena para este sentido. Vejamos:

Art. 2º As novas unidades administrativas serão **instaladas** na data de posse dos respectivos prefeitos.

Vale dizer, portanto, que até a posse do prefeito (quando haveria a INSTALAÇÃO do Município) havia tão-somente uma lei criadora do Município, sem, contudo, a efetiva EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.

Sem delongas, por tais motivos, somos contrários ao mérito do projeto, sem que impeça, por outro lado, a tramitação do mesmo, para que haja uma discussão a respeito da matéria pelos nobres vereadores, até mesmo por que o parecer jurídico não vincula a decisão do Plenário, que, diga-se de passagem, é soberana.

É de se ressaltar que no ano de 2005, por meio do projeto de lei nº 123/2005, já fora proposto o mesmo objeto do presente projeto para apreciação do Plenário, contudo foi rejeitado em primeira votação e, após, arquivado.

É o parecer.

Luciano Beltrame  
Procurador Legislativo

José Renato Monteiro do Rosário  
Assessor Jurídico





**COMISSÃO: Justiça e Redação**

**Parecer Projeto de Lei nº 284/2009**

Os membros da Comissão de Justiça e Redação se reuniram para analisar e emitir parecer ao **Projeto de Lei nº 284/2009**, de 7 de dezembro de 2009, de autoria do vereador Osmar Braun Sobrinho, o qual busca apoio do douto Plenário desta Casa Legislativa, para alterar a data de aniversário do município de Pato Branco.

Hoje comemora-se o aniversário de emancipação político-administrativa em 14 de dezembro, em alusão à data de 14 de dezembro de 1952, data em que foi empossado o prefeito da primeira gestão, seguindo os ditames da Lei Estadual nº 790/51 que em seu artigo 2º assim estabelecia: **“As novas unidades administrativas serão instaladas na data da posse dos respectivos prefeitos”**.

Não é possível estabelecer-se, passados 58 anos, nova data de aniversário e novo marco inicial para contar a idade da cidade, pois como já se disse, a lei é bastante clara neste aspecto.

Não há, do ponto de vista legal, amparo para tal pretensão, pois a Lei Estadual nº 790/51, deixa claro quais são, o marco inicial, e qual é a data do aniversário do município, ou seja, “a data da posse do respectivo prefeito” diga-se, do primeiro prefeito.

Ademais, não se vislumbra nenhum motivo relevante para tal pretensão, ao levar-se em conta, que muitos momentos importantes da cidade, estão diretamente ligados à sua idade e a determinado ano da história de Pato Branco, que se alterados, causariam muitos transtornos no cotidiano da cidade e das



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

pessoas, especialmente das mais antigas, que desbravaram esta terra.

Pelo exposto e por entender-se que, o projeto efetivamente, não pode contribuir em nada para o engrandecimento de nossa cidade, emitimos **PARECER CONTRARIO** a aprovação do mesmo.

É o parecer, Salvo Maior Juízo.  
Pato Branco, 19 de novembro de 2010.

Claudemir Zanco (PPS) – Presidente/Relator

Arilde Brum Longhi (PRB) - Membro

Valmir Tasca (DEM) - Membro



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

Protocolo Geral

-24-NOV-2010-17:29-003393-1/2

## **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 284/2009**

O Vereador Osmar Braun Sobrinho - PR através do Projeto de Lei nº 284/2009, tem por objetivo estipular a data de 14 de dezembro como sendo feriado do Município de Pato Branco, em virtude de sua emancipação político-administrativa.

A autonomia municipal preconiza pelo art. 30, I, da Constituição Federal, é o Município competente para definir, através de lei municipal, o feriado em comemoração a data de sua fundação e/ou emancipação.

Ademais, não se vislumbra nenhum motivo relevante para tal pretensão, ao levar-se em conta, que muitos momentos importantes da cidade, estão diretamente ligados à sua idade e a determinado ano da história de Pato Branco, que se alterados, causariam muitos transtornos no cotidiano da cidade e das pessoas, especialmente das mais antigas, que desbravaram esta terra.

Pelo interesse público e pela sua legalidade, após a análise optamos por exarar **PARECER CONTRÁRIO**, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 24 de novembro de 2010.

**Osmar Braun Sobrinho (PR) - Membro**

*CONTRÁRIO AO PARECER*

**Vilmar Maccari (PDT) - Presidente - Relator**

**William Cezar Pollonio Machado (PMDB) - Membro**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## PROJETO DE LEI Nº 284/2009

RECEBIDO EM: 7 de dezembro de 2009

Nº DO PROJETO: 284/2009

**SÚMULA:** Estipula a data de 14 de novembro como feriado municipal.

(em comemoração a emancipação político-administrativa do Município de Pato Branco – Revoga a Lei nº 2084, de 10 de outubro de 2001, que estipula a data de 14 de dezembro como feriado municipal) (Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951 criou o Município de Pato Branco)

**AUTOR:** Vereador Osmar Braun Sobrinho – PR

**LEITURA EM PLENÁRIO:** 7 de dezembro de 2009

**DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM:** 10 de novembro de 2010

**RELATOR:** Claudemir Zanco – PPS

**DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM:** 23 de novembro de 2010

**RELATOR:** Vilmar Maccari – PDT

**Na sessão ordinária realizada no dia 29 de novembro de 2010, o presidente Laurindo Cesa comunicou que de acordo com o artigo 135 do Regimento Interno, o projeto de lei nº 284/2009 será arquivado.**

**Este projeto de lei recebeu pareceres contrários das Comissões de Justiça e Redação e Políticas Públicas.**

**ARQUIVADO EM:** 30 de novembro de 2010.